

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11127 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

A CAIXA ESCOLAR EM CENA NO RECÉM-CRIADO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM BRASÍLIA

Alana Souza Luz - UnB - Universidade de Brasília

A CAIXA ESCOLAR EM CENA NO RECÉM-CRIADO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM BRASÍLIA

É inegável que a criação de Brasília foi um marco na história do Brasil e sua construção carregou a esperança de um país mais moderno, menos injusto e que com oportunidades iguais. Com esse espírito democrático também foi pensado por Anísio Teixeira o Plano de Construções Escolares, porém, nem tudo o que foi pensando e planejado pôde ser realizado, carências e necessidades de um povo que formava sua identidade vieram à tona, desafiando de diversas maneiras a escola, seus professores e governantes. É nesse contexto que vemos a caixa escolar entrar em cena, mas como? E por quê?

Dentro da narrativa da criação, funcionamento e até mesmo do desmantelamento do sistema educacional de Brasília, um elemento em particular é objeto deste trabalho: a caixa escolar. O delineamento de seu contexto de emergência juntamente com as representações sobre as necessidades educacionais que deram ensejo ao seu surgimento é o objetivo que este trabalho pretende alcançar. O problema de pesquisa é descrito pelo seguinte questionamento: quais as representações que culminaram na adoção da prática da caixa escolar no sistema educacional de Brasília, na década de 60?

O projeto educacional possibilitado pela criação da nova cidade, tinha como um dos seus pilares o acesso irrestrito à educação pública de qualidade – desde a educação infantil até a universidade, e proporcionaria a concretização de uma utopia educativa (PINTO; MULLER; ANJOS, 2020). O sistema de ensino então é colocado em funcionamento antes mesmo na inauguração da nova capital federal e com ela também emergem representações e práticas. Sobre esses dois conceitos, escreve Roger Chartier (2002) que "a história cultural tal

como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHATIER, 2002, p.16-17). Isso significa que a partir dos grupos sociais, representações são feitas e partilhadas, dessa forma "as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam" (CHATIER, 2002, p.17).

Assim, assume-se como hipótese central dessa pesquisa, que em Brasília, nos anos 1960, um conjunto de representações foi produzida pelos grupos sociais ligados à escola – autoridades, professores, gestores, famílias – acerca da pobreza dos estudantes e da necessidade de se encontrar para ela uma solução, como forma de possibilitar a instrução da clientela atendida pelo sistema escolar da recém-inaugurada capital federal. Tais representações, por sua vez, se traduziram na adoção da caixa escolar no ensino primário local, como prática que amparasse o próprio fazer educativo. As práticas, de fato, são entendidas aqui como a concretização das representações e segundo Chartier (1995) "qualificam, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras" (CHARTIER, 1995, p.184).

O jornal diário *Correio Braziliense* será a fonte desta pesquisa, considerando que "todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). A metodologia de pesquisa se deu a partir da busca de palavras-chaves nas edições do *Correio Braziliense* disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, entre os anos de 1960 a 1971. Através da utilização do fio do nome, conforme proposto por Ginzburg (1989), é possível obter diversos dados com os quais se pode reconstruir algumas circunstâncias e contextos dos fenômenos a que se chega pelo nome ou palavras-chave pesquisadas (GINZBURG,1989).

Mesmo após inaugurada, Brasília ainda muito se assemelhava a um canteiro de obras, cercada por acampamentos daqueles que foram os construtores da capital e que viviam em condições precárias, mas que erguiam edificios majestosos (RODRIGUES, 2018). Um dos lugares habitados por essas famílias ficou conhecido como Vila IAPI, ocupação próxima a Candangolândia e que não apresentava condições básica para atender a população que ali vivia. O jornal *Correio Braziliense* noticia as condições de vida no local: "na vila falta de tudo. Não há luz, não há esgotos, nem assistência médica, nem escola para mais de trezentas crianças, e para outro tanto, ou mais, de lactantes, não existe um único Posto de Puericultura" (VILA DO IAPI: mundo de misérias esquecido pelos poderes públicos, 1961, p.8). Fome, desemprego, moradia precária, derrubada de casas são alguns dentre muitos outros problemas pelos quais passavam as famílias que vieram à Brasília buscando melhores condições de vida.

Depreende-se desse contexto que a quantidade de pessoas residentes no local – aproximadamente 3 mil, relaciona-se diretamente com a quantidade de pessoas esperadas para

a ocupação das superquadras em Brasília – entre 2500 e 3000 (TEIXEIRA, 1961). Para esse quantitativo de pessoas, o Plano de Construções Escolares destinava um Jardim de Infância e uma Escola Classe (TEIXEIRA, 1961), apesar do projeto também se estender as cidades satélites, a concretização deste estava longe ou melhor: nem chegou a ser realizada. A realidade então começa a se delinear e é bem diferente da utopia desejada de que tantos os filhos dos construtores de Brasília, como os filhos dos funcionários públicos frequentariam as mesmas escolas, uma vez que para uma cidade ainda em construção já ilhavam os primeiros habitantes da capital em tais situações.

Através da classificação e organização de diversas notícias que se repetem sobre as faltas que o sistema de ensino da nova capital apresentava, estavam postas as representações de situações particulares e delicadas geradas pela pobreza dentro das escolas. Uma vez inseridas dentro do sistema educacional vigente, as crianças pobres, mas não somente elas, levavam demandas e necessidades urgentes como por exemplo: a fome. Famílias pobres chegavam a todo momento à nova capital, e não só se instalavam às margens destas, mas também sob o viaduto central da cidade: o Eixo Monumental, e com elas crianças sem qualquer assistência e fora das escolas (MORANDO NA RODOVIÁRIA TRÊS FAMÍLIAS NA MISÉRIA, 1963, p.8).

É nesse cenário de representações sociais aqui descrito, de carências e demandas, que então se delineia a emergência da adoção da prática da caixa escolar, porquanto ela conseguia conciliar que os pais atuassem, através de doações e que estas fossem administradas pela escola, alocando os recursos nas necessidades mais prementes. Para sua criação, foi realizada reunião com os professores da rede pública de educação, no Departamento de Educação Elementar para a organização da caixa, que iria ser criada em todas as escolas do ensino elementar em Brasília (ESTABILIDADE DE SERVIDOR DA NOVACAP, 1961, p.8).

A caixa escolar também preenchia lacunas deixadas pelo poder público para com as escolas, que decerto não estava desempenhando satisfatoriamente seus deveres, uma vez que muitas insuficiências foram assinaladas em tão pouco tempo. Uma exemplificação dessa situação foi a reunião de Pais e Mestres que acontecera na escola classe 106, em que se decidiu pela reativação da caixa escolar como objetivo de também prover recursos para a conservação da instituição, dever do governo local, porém que não estava sendo feito e já apresentava aspecto de abandonada em decorrência das cortinas caindo, vidros quebrados, goteiras e carteiras estragadas (VISTO, LIDO E OUVIDO, 1964, p.3).

As condições materiais das escolas do novo sistema de ensino de Brasília não eram as melhores, uma vez que até mesmo o quadro-negro faltava às salas de aula (BATISTA; COSTA; SOUZA; CARVALHO; 2018), além da falta das próprias escolas, de lanches, de uniformes, e inclusive a carência de professores, que eram poucos para atender o vertiginoso aumento de matrículas (PEREIRA; CARVALHO, 2011). Foram inúmeros os problemas que começaram a surgir desde que o sistema de ensino começou a funcionar, as faltas foram fatores que certamente determinaram os rumos que as escolas e a sociedade tomaram dali em

diante.

Consideramos que a realidade transcorreu de forma muito mais dura do que aquela escrita e por ora lida nas páginas dos jornais. E que a pobreza e situações de vulnerabilidade atingiram de forma muito profunda um sistema educacional recém-criado, e que não as tinha considerado. A comunidade escolar então, formada por pais, professores e até mesmo moradores das imediações das escolas se viram impelidos a empregarem a caixa escolar em prol do atendimento às crianças e do bom funcionamento das escolas. Em alguns casos, foram utilizadas em necessidades mais básicas como a compra de alimentos, roupas e calçados; em outros na preservação dos prédios que abrigavam as crianças e compra de mobília. Em geral conseguiam empregá-la como atenuante das situações que se apresentavam dia após dia, e que são desafiadoras para qualquer contexto, ainda mais naquele em que uma nova cidade se solidificava.

Palavras-Chave: Caixa escolar. Brasília. Ensino primário. Pobreza.

FONTES

Estabilidade de servidor da NOVACAP. Correio Braziliense, Brasília, 1961, p. 8.

MORANDO na rodoviária três famílias na miséria. **Correio Braziliense,** Brasília, 20 out. 1963, p.8.

VISTO, LIDO O E OUVIDO. Correio Braziliense, Brasília, 1964, p. 3.

VILA DO IAPI: mundo de misérias esquecido pelos poderes públicos. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 de abri. 1961, p.8.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Carmyra Oliveira; COSTA, Edilene Simões; SOUZA, Mônica Menezes de; CARVALHO, Rosália Policarpo F. de. A Matemática Moderna na década de 1960: relatos de professores pioneiros. *In:* PEREIRA, Eva Wairos; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão (orgs.). **Anísio Teixeira e o seu legado à educação do Distrito Federal:** história e memória. Brasília: Universidade de Brasíla, 2018, p. 171- 190.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 179-192, 1995.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002, p 13-28.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, PUC, no 35, 2007, p. 253-270.

GINZBURG, Carlo. PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169 – 178.

PEREIRA, Eva Wairos; CARVALHO, Pedro Mesquita. Fontes de pesquisa para a história da educação de Brasília. *In:* PEREIRA *et al* (org.). **Nas asas de Brasília:** memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília: Universidade de Brasília, 2011, p. 17-35.

PINTO, Viviane Fernandes Faria; MULLER, Fernanda; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Entre o passado e o presente: contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 34, e187179, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php? script=sci_arttext&pid=S010246982018000100147&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 set. 2021.

RODRIGUES, Maria Alexandra Militão. Como Brasília aprendeu a ler e a escrever em seus primórdios: o protagonismo da professora Ivonilde Morrone. *In:* PEREIRA, Eva Wairos; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão (orgs.). **Anísio Teixeira e o seu legado à educação do Distrito Federal:** história e memória. Brasília: Universidade de Brasília, 2018, p. 161- 169.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199.